

ENGAJAMENTO

Povos e Comunidades Tradicionais e o direito ao oceano saudável



Santiago Bernardes



Aline Ishikawa



Ana Flávia Pinto

Palavras-chave: Oceano; maretório; mudanças climáticas; povos tradicionais; sustentabilidade.

A presença e relação dos povos originários da região com o oceano remonta a tempos muito antigos, como apontam estudos arqueológicos da arqueóloga Dorath Uchôa, que encontrou vestígios da ocupação local por populações nativas muito antes do período colonial, na Ilha do Mar Virado, na praia do Tenório e no Itaguá, em Ubatuba. Com a invasão europeia os povos originários da região costeira foram dizimados e submetidos à uma miscigenação forçada, da qual se originou o povo caiçara, denominação utilizada posteriormente para designar os habitantes do litoral do Paraná, litoral paulista até o litoral sul do Rio de Janeiro. A população tradicional caiçara possui elementos culturais dos povos indígenas, dos povos africanos escravizados, bem como dos colonizadores. A maioria das atividades de manutenção da vida são de origem indígena, naturalmente por ser esse o povo originário local, que legou aos sucessores conhecimentos fundamentais para a sobrevivência que incluem agri-

cultura, extrativismo vegetal, caça e pesca. A navegação e a pesca caiçara também mesclam elementos, gerando uma tecnologia e simbologia própria com o tempo, tendo como um grande ícone cultural a Canoa Caiçara.

Com as transformações culturais e físicas da região, ocorridas num espaço de tempo muito curto, ocasionadas pela construção da Rodovia BR-101, trecho Rio-Santos, no começo da década de 1970, as práticas tradicionais dos povos locais sofreram impactos e interrupções de forma avassaladora. A destinação, forçada pelo governo, da região para atividades turísticas, sem planejamento ambiental integrado ao social e cultural, tendo apenas o viés econômico como objetivo principal gerou uma série de conflitos e disputas territoriais que perduram até a atualidade. As terras dos povos e comunidades tradicionais foram supervalorizadas pela especulação imobiliária em detrimento aos seus modos de viver que passaram a ser criminalizados e perseguidos quando o Estado instaurou uma política ambiental baseada em realidades de outros países, completamente diferentes do contexto local. As-

sim, foram instaladas Unidades de Conservação de proteção integral que não abrangem as populações viventes nas áreas determinadas pelos limites dos parques, gerando mais problemas e pressionando os povos e comunidades tradicionais em seus territórios, que desta forma não foram incluídos no projeto desenvolvimentista nacional do período da ditadura militar e nem no projeto ambientalista instituído sob o argumento da necessidade de preservação de áreas que o próprio Estado estimulou a degradação, levada a frente pelo capital de investimento privado, reafirmando o racismo ambiental estrutural vigente no Estado de São Paulo e do Rio de Janeiro.

FÓRUM DE COMUNIDADES TRADICIONAIS

O Fórum de Comunidades Tradicionais, organizado em 2007, é um movimento social formado pelos povos indígenas, caiçaras e quilombolas da região de Angra dos Reis, Paraty (RJ) e Ubatuba (SP) em busca da defesa dos seus direitos e dos seus territórios tradicionais amparados pela Política Nacional de Desenvolvimento Sustentável de Povos e Comunidades Tradicionais (Brasil, 2007).

O FCT tem como principal bandeira o protagonismo e a permanência dos povos e comunidades tradicionais em seus territórios ancestrais. É organizado em frentes de lutas baseadas em seus modos de vida, que incluem práticas culturais, educação diferenciada, agricultura sustentável (agroeco-

logia), pesca artesanal, juventude, bem como o saneamento ecológico e o turismo de base comunitária (TBC), que fortalecem o sistema cultural tradicional com suas tecnologias sociais.

Em 2010 estabeleceu-se uma parceria com a Fundação Oswaldo Cruz que se iniciou como um projeto, mas que atualmente se tornou um programa, o Observatório de Territórios Sustentáveis e Saudáveis da Bocaina-OTSS, com sede em Paraty-RJ, que tem como objetivo apoiar e consolidar ações no território tradicional que visem o fortalecimento das bandeiras temáticas de luta do FCT.

A mobilização dos povos e comunidades tradicionais deste território foi fortemente influenciada pela necessidade de enfrentamento às agressões do sistema de exploração capitalista, do modelo de conservação ambiental, bem como pelos grandes empreendimentos da matriz energética do país. Contudo, as ameaças ao “maretório” têm crescido exponencialmente, o que tem gerado conflitos e impactos aos modos de vida das populações tradicionais da região costeira. Uma prática que fundamenta a existência do FCT tem sido a apropriação do seu “lugar de fala”, naquilo que se convencionou chamar de disputa de narrativas. Este entendimento é fundamental para luta pelos direitos, tanto ocupando os Conselhos de Participação Social, como para a incorporação do direito dos povos tradicionais à Consulta Livre, Prévia, Informada e de Boa Fé sobre as ações, projetos, medi-

das legislativas que impactem seus modos de vida.

Nesse sentido, em 2017, durante um encontro do FCT realizado na comunidade tradicional caiçara de Trindade, em Paraty/RJ, foi deliberada a criação de um grupo para trabalhar as questões referentes à luta pelo “maretório” e suas práticas ancestrais, especialmente a pesca e a maricultura artesanais, o “GT Pesca/maricultura do FCT”. Em 2018, o grupo direcionou seus esforços para a participação na construção do Plano de Manejo da Área de Proteção Ambiental Marinha do Litoral Norte (São Paulo), que estabelece os regimentos de uso para o território tradicional marinho. Para isso foi criado o projeto “Fortalecimento das comunidades pesqueiras”, que realizou oficinas de troca de experiências e conhecimentos com as comunidades tradicionais pesqueiras para qualificar a participação no processo do plano de manejo da APAMLN.

Desde então, o GT-Pesca/maricultura vem se apropriando de diversos espaços de participação na temática do mar, contribuindo com o olhar e conhecimentos tradicionais, promovendo a articulação entre as comunidades pesqueiras e as instituições atuantes na região e desenvolvendo ações concretas junto com as comunidades como apoio jurídico em disputas territoriais, apoio na regulamentação de ranchos de pesca, incentivo à economia solidária com a “Campanha Cuidar é Resistir”, na qual são adquiridos produtos agroecológicos e pescados para compor as

cestas básicas da campanha, participação em conselhos, eventos e formação de bases. A defasagem das políticas públicas específicas para a pesca artesanal impacta de forma muito significativa na atividade dos povos e comunidades pesqueiras, pois intensifica a pressão contra suas práticas ancestrais que são frequentemente criminalizadas e gera um esvaziamento da atividade fragilizando a sobrevivência desses grupos num contexto de intensos interesses no território marinho. É fundamental integrar o conhecimento acadêmico com o conhecimento tradicional na busca de formas de conservação do oceano e das culturas que se relacionam a eles e que sejam efetivadas políticas públicas justas, consistentes e saudáveis para os ambientes naturais e para os povos que neles vivem.

Mais recentemente, a especulação e a grilagem do mar, revestidas do discurso de produtividade sustentável pela aquicultura industrial tem ameaçado o território tradicional marinho. Este é entendido não apenas pelo espaço de lâmina d'água, nem somente pelas práticas alimentares, mas como local de reprodução da vida, do modo de ser e viver, onde as pessoas nascem, se criam e se reproduzem. Nesse sentido, o GT-

-Pesca/maricultura do FCT, em articulação com outros movimentos sociais de Povos e Comunidades Tradicionais – a Coordenação Nacional de Comunidades Tradicionais Caiçaras (CNCTC), o Fórum de Povos e Comunidades Tradicionais do Vale do Ribeira (FPCT-VR), o Coletivo Caiçara de São Sebastião, Ilhabela e Caraguatatuba – engajou-se na luta pela Consulta Livre Prévia e Informada dos empreendimentos de aquicultura marinha que buscam obter a Cessão de Águas da União. Esta ação, ainda em desenvolvimento, foi realizada devido a situações de sobreposição de cessões de aquicultura em territórios tradicionais historicamente utilizados pelas comunidades tradicionais da região, que geraram conflitos de uso e expropriação de pescadores e comunidades.

No Ano Internacional da Pesca e Aquicultura Artesanais, definido pela Organização das Nações Unidas (ONU) para o presente ano, 2022, destaca-se ainda mais a importância de ações e políticas públicas efetivas direcionadas para a conservação dos oceanos e para a pesca de pequena escala, praticada pelos povos e comunidades tradicionais. No Brasil a legislação vigente da pesca está defasada e não dialoga com os direitos dos povos tradicionais.

As alterações climáticas diagnosticadas no mundo refletem de forma direta na dinâmica das populações costeiras, pois com o avanço dos limites do mar, a elevação das temperaturas, as mudanças dos habitats e de comportamento das espécies, junto com a sua diminuição, os povos que vivem dessa relação com o oceano se veem fragilizados em suas atividades culturais como a pesca artesanal e em sua sobrevivência. Somado a isso, as ações humanas de alto impacto, que além de estarem diretamente relacionadas às mudanças climáticas globais, interferem de diversas outras formas na vida dessas populações, como a diminuição dos estoques pesqueiros pela pesca industrial e a poluição, a expropriação dos territórios de beira mar onde vivem os povos tradicionais e a sua expulsão da linha de costa em favorecimento de projetos turísticos, são determinantes para a degradação dos ambientes marinhos e dos modos de vida tradicionais, que mais do que a ótica e a conceituação de um viés conservacionista acadêmico que os classifica como serviços ambientais, são maneiras integradas de uso da natureza para continuidade física e cultural de um povo, numa relação direta com as espécies e com o meio natural que em que vivem.

Referências

ÂNGELO, S. 1990 "Picinguaba: três décadas numa vila de pescadores do litoral norte do Estado de São Paulo", Bol. Paul. Geografia, n. 69: 61-73.

BECK, A. 1989 Lavradores e pescadores: uma contribuição à discussão do conceito de pescador artesanal. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR, 3, 1989, São Paulo. Coletânea de Trabalhos Apresentados. São Paulo: PPCAUB/IOUSP/F.FORD/UICN, 1989. p. 289-94.

HOEFLE, S. W. 1989 A pesca de pequena escala no Sudeste do Brasil: estratégias de capitalização frente à pesca empresarial e ao turismo no sul fluminense. In: ENCONTRO DE CIÊNCIAS SOCIAIS E O MAR, 3, 1989, São Paulo. Coletânea de Trabalhos Apresentados. São Paulo, PPCAUB/IOUSP/F.FORD/UICN, 1989. p. 151-77.

Martins Monge, R. "Papu", Bernardes, L. C. "Santiago", Murua, G., Callori Kefalas, H., Carolina S. Barbosa, A., Sallai de Oliveira, A. F., Fialho, A., Santos Natividade, C., Santos, M. R., de Oliveira, D., Santos, D. B., S. Souza, H. D., & de Oliveira, M. R. (2019). SEMEANDO O SABER, ADQUIRINDO O PODER. Mares: Revista De Geografia E Etnociências, 1(1), 161-174.

UCHÔA, Dorath Pinto. 2009 A Ilha do Mar Virado: estudo de um sítio arqueológico no litoral Norte do Estado de São Paulo. Clio arqueológica, Recife, v. 24, n. 1, p. 7-40.

1988 Diversidade biológica e culturas tradicionais litorâneas: o caso das comunidades caiçaras, São Paulo, NUPAUB-USP, Série Documentos e Relatórios de Pesquisa, n. 5.

1980 Ensaios de antropologia indígena e caiçara, Rio de Janeiro, Paz e Terra.

© Marcos Gabriel Moreira

